



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

## **ANEXO VIII - PENALIDADES**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Parcerias em Investimento  
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025  
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

*Índice*

1. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	3
2. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES .....	7
3. PENALIDADES EM ESPÉCIE .....	11
3.1. ADVERTÊNCIA .....	11
3.2. MULTA .....	12
4. PENAS DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR OU LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE .....	16
5. VALORES DE MULTAS .....	17
6. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES .....	19

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

## **APRESENTAÇÃO**

O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, bem como definir as condutas infracionais e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pelo descumprimento de outras obrigações previstas: (i) no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula 56 do CONTRATO; e (ii) na legislação e na regulação pertinentes, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará, sempre, o procedimento previsto na Cláusula 56 do CONTRATO, de forma que a AGÊNCIA REGULADORA poderá, além de aplicar a devida penalidade à CONCESSIONÁRIA, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula 56, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO, bem como a legislação aplicável.

1.2. Nas hipóteses em que as infrações estejam expressamente descritas e tipificadas na Tabela III (“Tabela III”), prevista no item 6, os níveis e grupos das respectivas penalidades já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

1.2.1. Os princípios da proporcionalidade e/ou da razoabilidade não poderão ser invocados para reduzir os valores da penalidade de multa previstos na Tabela I (“Tabela I”) do item 5, inclusive aquelas aplicáveis aos Grupos III a X, ou estabelecidos nesses mesmos montantes por meio da sistemática prevista no item 3.2.2, de modo a alcançar o patamar dos Grupos I e II e permitir a substituição da pena de multa pela pena de advertência, nos termos do item 3.1.1, haja vista que os valores indicados na Tabela I já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

1.3. Os valores indicados na Tabela I foram calculados conforme a DATA BASE.

1.3.1. Os valores indicados na Tabela I deverão ser reajustados anualmente, quando da ocorrência de cada reajuste dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, com base na variação do IPCA, ocorrida entre o mês anterior à DATA BASE e o mês anterior ao do reajuste dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

1.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de hipóteses de força maior e/ou caso fortuito e/ou que configurem hipótese de inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável qualquer penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

1.4.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior, caso fortuito e/ou inexigibilidade de conduta diversa, será aplicável à CONCESSIONÁRIA a penalidade cabível.

1.4.2. Para fins de aplicação das penalidades, considera-se:

1.4.2.1. Como força maior e caso fortuito o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

1.4.2.2. Como inexigibilidade de conduta diversa a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulte de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo administrativo.

1.5. Salvo nas hipóteses previstas no item 1.4, restará configurada infração contratual da CONCESSIONÁRIA, com a aplicação da penalidade correspondente, sempre que for verificada a prática de conduta descrita na Tabela III ou estabelecida no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus respectivos ANEXOS, ou, ainda, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, considerando o disposto no item 3.2.2, sem prejuízo da consideração de eventuais circunstâncias agravantes e/ou atenuantes, sendo irrelevantes:

- (i) A produção de danos graves ou de riscos à prestação dos SERVIÇOS, aos USUÁRIOS ou a terceiros, nos casos em que tais circunstâncias não constituam elemento do tipo infracional;
- (ii) As condutas adotadas pela CONCESSIONÁRIA anteriormente ou posteriormente à conduta infracional, ressalvados os casos que constituam atenuante ou inexigibilidade de conduta diversa;
- (iii) O fato de a infração ter sido cometida pouco tempo depois do início da OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, caso a penalidade esteja relacionada a tais serviços, sem prejuízo da aplicação da circunstância atenuante de que trata o inciso iv do item 3.2.4; e

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

- (iv) O fato de a infração ter como causa:
- (a) Defeitos de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA qualificáveis como imprevisíveis e/ou improváveis, ressalvados os casos que efetivamente constituam hipóteses de força maior, caso fortuito ou inexigibilidade de conduta diversa, nos termos dos itens 1.4.2.1 e 1.4.2.2;
  - (b) O estado dos BENS INTEGRANTES transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, salvo se caracterizado vício de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO; ou
  - (c) A ação de SUBCONTRATADOS, fornecedores, funcionários, terceirizados ou empregados da CONCESSIONÁRIA, independentemente do tipo de colaborador envolvido na conduta infracional, sendo imputáveis à CONCESSIONÁRIA, como se por ela tivessem sido diretamente praticados, todos os atos executados por pessoas físicas e jurídicas que tenha contratado.

1.6. A CONCESSIONÁRIA poderá sofrer, pelo descumprimento de uma mesma obrigação contratual, a aplicação de penalidades previstas neste ANEXO e, cumulativamente, o acréscimo da OUTORGA VARIÁVEL, em razão da incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO, considerando que estas não têm caráter sancionatório.

1.7. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração dentre as previstas na Tabela III, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infrações relativas à mesma conduta.

1.8. Caso a CONCESSIONÁRIA pratique infração cujos efeitos perdurem no tempo, além das penalidades descritas neste ANEXO, será cobrada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do dia da materialização da infração.

1.9. A AGÊNCIA REGULADORA poderá, a seu critério, conceder novo prazo para a correção das irregularidades referentes à infrações cujos efeitos do descumprimento perdurem no tempo, desde que não impactem a entrega definitiva de EMPREENDIMENTOS.

1.9.1. O período adicional para correção de irregularidades se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério da AGÊNCIA REGULADORA, e

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

deverá ser tecnicamente compatível com a complexidade da correção a ser realizada.

1.9.2. A correção das irregularidades verificadas dentro do período adicional previsto no item 1.9.1 isentará a CONCESSIONÁRIA do pagamento da multa moratória prevista no item 1.8.

1.9.3. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado, nos termos do item 1.9.1, acarretará a cobrança da multa moratória prevista no item 1.8 a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.

1.9.3.1. O período adicional para correção de irregularidades não suspende a tramitação de processos sancionatórios já instaurados, salvo caso haja decisão expressa em sentido contrário, tampouco suspende ou impede a apuração do cometimento de novas infrações, não importando se as condutas faltosas cuja prática se pretenda apurar tenham sido realizadas antes ou depois do período tratado pelo item 1.9.1.

1.10. Sem prejuízo do quanto disposto no item 1.9, sendo aplicada à CONCESSIONÁRIA penalidade relacionada ao atraso ou ao descumprimento dos marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS dos EMPREENDIMENTOS, a exigibilidade da penalidade correspondente será suspensa até o prazo previsto para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS.

1.10.1. O cumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS acarretará a convolação de eventual penalidade em advertência nos processos sancionatórios relacionados ao descumprimento das obrigações descritas nos itens 1.9 e 1.10.

1.10.2. O descumprimento do prazo previsto para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS acarretará a exigibilidade das penalidades por atraso ou descumprimento dos marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de EMPREENDIMENTOS.

1.10.3. Sem prejuízo do quanto disposto no item 1.10.2, a AGÊNCIA REGULADORA poderá aplicar penalidade pelo descumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, acrescida de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo para conclusão definitiva

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

até seu efetivo cumprimento.

- 1.10.4. Paralelamente à aplicação da penalidade de que trata o item 1.10.3, será aferido eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma prevista no item 2.1 deste ANEXO e no CONTRATO.

## **2. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES**

2.1. Sem prejuízo da aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista neste ANEXO, o benefício financeiro eventualmente auferido pela CONCESSIONÁRIA, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, após a devida apuração em processo administrativo, deverá ser objeto do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

2.2. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação de multas comprovadamente devidas, após decisão administrativa da qual não caiba mais recurso administrativo, reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo descontadas preferencialmente em uma única parcela da CONTA CENTRALIZADORA, observado o disposto no item 2.2.1 abaixo.

2.2.1. Os descontos decorrentes de processos administrativos sancionatórios, incluindo multas e indenizações, serão limitados, por mês, a 5% (cinco por cento) do valor correspondente à média móvel de RECEITA BRUTA obtida pela CONCESSIONÁRIA nos últimos 12 (doze) meses, sendo que os valores remanescentes serão descontados nos meses subsequentes, observado o limite em questão, até a plena quitação do valor devido.

2.2.2. Na hipótese de ter sido a multa espontaneamente quitada na data prevista no seu documento de cobrança, o valor correspondente será direcionado à CONTA CENTRALIZADORA.

2.2.3. Os valores das multas, quando aplicadas, estarão sujeitos à incidência da TAXA SELIC, calculada *pro rata die*, desde a data de sua exigibilidade, na forma do item 2.2.3, até a data de sua integral satisfação.

2.2.4. Caso não seja possível a dedução de que tratam os itens 2.2 e 2.2.1, ou a compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento da multa no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

do processo administrativo sancionatório, no mesmo prazo.

2.2.5. O não recolhimento de qualquer multa devida, quando impossível a dedução de que tratam os itens 2.2 e 2.2.1, ou a sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados, caracterizará falta grave e ensejará a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos estabelecidos no CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias para tanto.

2.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo:

- a) Descrição do(s) fato(s) constatado(s);
- b) Indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
- c) Enquadramento do fato constatado com os tipos infracionais previstos neste ANEXO, ou, caso não haja tipificação específica, com o descumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis;
- d) Registro fotográfico, quando compatível com a natureza da infração;
- e) Indicação da penalidade cabível, observados os critérios previstos neste ANEXO; e
- f) Identificação do agente fiscalizador.

2.3.1. A consumação da infração depende apenas da prática de ato tipificado nos termos do EDITAL, do CONTRATO e/ou de seus ANEXOS, independentemente de sua identificação, imediata ou posterior, pela AGÊNCIA REGULADORA, que, quando da lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO, indicará o fato constatado e a data da consumação da infração, que poderá ser anterior à data da fiscalização.

2.4. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível, por parte do agente fiscalizador, poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, devendo ser devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

2.5. Lavrado o TERMO DE FISCALIZAÇÃO, este deverá ser encaminhado:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

2.5.1. À AGÊNCIA REGULADORA, para fins de avaliação quanto à instauração de processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto no artigo 63 da Lei Estadual nº 10.177/1998; e

2.5.2. À CONCESSIONÁRIA, indicando prazo para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da concomitante instauração de processo administrativo sancionatório, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.5.2.1. A lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO e a instauração do respectivo processo administrativo sancionatório independem da conclusão de relatórios e/ou procedimentos técnicos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para a apuração da ocorrência, ou da adoção das medidas pertinentes à regularização das faltas e dos defeitos verificados, sendo cabível, assim, que, no exercício da fiscalização do CONTRATO, seja constatado algum tipo de infração contratual que importe em aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.2. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta a configuração da infração e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos neste ANEXO e na legislação e na regulamentação aplicáveis, observadas as hipóteses previstas nos itens 1.9, 1.10 e respectivos subitens, quando cabíveis.

2.6. No TERMO DE FISCALIZAÇÃO, ou em qualquer fase do processo administrativo instaurado para apurar eventual descumprimento contratual, poderá a AGÊNCIA REGULADORA, por iniciativa própria ou mediante provocação, determinar a adoção de medida preventiva ou mitigadora, quando houver indício ou fundado receio de que a CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, possa causar aos USUÁRIOS ou à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou possa tornar ineficaz o resultado final do processo.

2.6.1. O descumprimento das medidas preventivas ou mitigadoras determinadas pela AGÊNCIA REGULADORA configurará circunstância agravante.

2.6.2. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório, de casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, hipótese em que a eventual aplicação de penalidade considerará o número de infrações cometidas.

2.6.3. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a AGÊNCIA REGULADORA

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

deverá aplicar penalidades separadamente.

2.7. Uma vez citada, mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

2.7.1. A citação referida no item 2.7 acima deverá ser acompanhada do TERMO DE FISCALIZAÇÃO pertinente.

2.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à AGÊNCIA REGULADORA o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

2.7.3. Considera-se produção de provas a instrução da defesa apresentada pela CONCESSIONÁRIA com a documentação pertinente às teses defensivas então formuladas, bem como a apreciação desses documentos pela autoridade competente no âmbito da AGÊNCIA REGULADORA.

2.7.4. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA em sede de defesa, ou caso o prazo do item 2.7 transcorra sem que haja a apresentação de defesa pela CONCESSIONÁRIA, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, na forma deste ANEXO e mediante intimação da CONCESSIONÁRIA.

2.7.1.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante protocolo de entrega ou envio eletrônico, determinando, quando se tratar de multa, o seu pagamento, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis a contar de seu recebimento, observada o item 3.2.1.1.

2.7.2. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela AGÊNCIA REGULADORA, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior à que prolatou a decisão, sempre no âmbito da AGÊNCIA REGULADORA.

2.7.2.1. O prazo previsto no item 2.7.2 será aplicável aos pedidos de reconsideração, os quais poderão ser apresentados uma única vez, na hipótese de ato do qual não caiba recurso hierárquico, conforme previsto

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

no artigo 165 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

2.7.2.2. A decisão que julgar os recursos interpostos pela CONCESSIONÁRIA não poderá agravar as penalidades eventualmente aplicadas em seu desfavor, salvo nos casos de revogação ou invalidação da decisão recorrida.

2.8. O cumprimento das penalidades impostas pela AGÊNCIA REGULADORA não exige a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como do dever de reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, aos USUÁRIOS ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

2.9. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada caso ocorram descumprimentos contratuais decorrentes direta e comprovadamente de:

2.9.1. Evento cujo risco foi atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO, ou riscos atribuídos à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 23 do CONTRATO, que contenham excludentes de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, caso esta tenha tomado as medidas exigidas por tais cláusulas; e

2.9.2. Excludentes de responsabilidade previstas neste ANEXO.

2.10. A CONCESSIONÁRIA poderá, nos termos da Resolução SPI nº 01/2024, ou outra que a substitua, encaminhar manifestação de interesse na realização da quitação não litigiosa de multas já aplicadas pela AGÊNCIA REGULADORA ou que sejam objeto de processo administrativo sancionatório em curso.

### **3. PENALIDADES EM ESPÉCIE**

#### **3.1. ADVERTÊNCIA**

3.1.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, quando do cometimento de infração contratual cujo valor seja: (i) enquadrado nos Grupos I e II, Nível A, das Tabelas I e II, devidamente atualizados, nos termos do item 1.3.1; ou (ii) determinado no mesmo patamar indicado no item anterior por meio da sistemática descrita no item 3.2.2, desde que, em qualquer caso, sejam cumpridos os seguintes requisitos:

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

- a) a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a conversão da penalidade de multa em advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa, em âmbito administrativo;
- b) a CONCESSIONÁRIA demonstre, até a data da solicitação, ter adotado todas as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração;
- c) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
- d) não tenham sido causados danos pelo cometimento da infração ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS ou aos USUÁRIOS; e
- e) não tenha sido configurada reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme definição da Cláusula 56.3 do CONTRATO.

### **3.2. MULTA**

3.2.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e em seus respectivos ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula 56 do CONTRATO, e, subsidiariamente, em regulamentação do PODER CONCEDENTE e da AGÊNCIA REGULADORA.

3.2.1.1. Os valores das multas, quando aplicadas, estarão sujeitos à incidência da TAXA SELIC, calculada *pro rata die*, a contar da data do encerramento do prazo para pagamento, determinado na forma do item 2.2.3, até a data do efetivo pagamento.

3.2.2. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou, ainda, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada utilizando-se como referência os valores previstos para infrações de semelhante natureza e gravidade, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância a dos seguintes critérios, quando cabíveis:

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, e/ou a transeuntes, ou, ainda, à ÁREA DA CONCESSÃO ou aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- c) as vantagens auferidas ou pretendidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- d) a presença de dolo por parte da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos; e
- e) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

3.2.3. O valor base da multa, definido na Tabela I ou através da sistemática do item 3.2.2, poderá ser aumentado ou reduzido em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

3.2.4. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- i. O reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa em âmbito administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade, com a correspondente apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, conforme modalidades e procedimento previstos na Resolução SPI nº 01/2024
- ii. O concurso de agentes externos para a prática da infração, que tenham influência no resultado produzido;
- iii. Quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e na recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa em âmbito administrativo;
- iv. O fato de a infração ter sido cometida durante os primeiros 06 (seis) meses contados do início da prestação de determinado SERVIÇO, considerando, no caso dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, o planejamento apresentado pela CONCESSIONÁRIA no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO;
- v. Apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, conforme modalidades e procedimento previstos na Resolução SPI nº 01/2024, após a condenação da CONCESSIONÁRIA no âmbito de processo

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

administrativo sancionatório e anteriormente à prolação de decisão em sede de recurso administrativo; e

- vi. Apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, conforme modalidades e procedimento previstos na Resolução SPI nº 01/2024, após a instauração do processo administrativo sancionatório e anteriormente à prolação de decisão condenatória.

3.2.4.1. As circunstâncias atenuantes previstas no item 3.2.4 ensejarão os seguintes descontos sobre as multas:

- a) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “i”: Redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “ii”: Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “iii”: Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- d) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “iv”: Redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- e) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “v”: Redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- f) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “v”: Redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

3.2.4.2. A eficácia da atenuante prevista nos inciso **“Erro! Fonte de referência não encontrada.”** e “ii” do item 3.2.4 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa em seu valor integral.

3.2.5. São consideradas circunstâncias agravantes:

- i. Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé;

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

- ii. Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pela AGÊNCIA REGULADORA;
- iii. Praticar a infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;
- iv. A configuração de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido na Cláusula 56.3 do CONTRATO; e
- v. A litigância de má-fé ao longo do processo administrativo sancionatório, caracterizada por quaisquer das condutas previstas no artigo 80 do Código de Processo Civil.

3.2.5.1. As circunstâncias agravantes previstas no item 3.2.5 ensejarão os seguintes acréscimos sobre as multas:

- a) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso “i”: Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso “ii”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso “iii”: Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- d) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso “iv”: Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- e) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso iv”: Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

3.2.6. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

- a) a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “i”, cumulativamente com a atenuantes previstas no item 3.2.4, incisos “i”, “v” e/ou “vi”, prevalecendo a primeira que for aplicável;
- b) a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso “iii”, cumulativamente com a agravante prevista no item 3.2.5, inciso “ii”, prevalecendo a agravante; e
- c) qualquer das atenuantes previstas no item 3.2.4, incisos **“Erro! Fonte de referência não encontrada.”** ou “i” cumulativamente com alguma das

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

agravantes previstas no item 3.2.5, incisos “i” e/ou “iii”, prevalecendo a(s) agravante(s).

3.2.7. Não serão consideradas na dosimetria da multa as circunstâncias atenuantes ou agravantes que constituam elemento do tipo da infração, descrita na Tabela III ou identificada com base na sistemática do item 3.2.2.

3.2.8. A existência de vítima em razão de não cumprimento de diretrizes operacionais mandatórias e/ou diretrizes de manutenção mandatórias implicará a imposição de multa, por vítima, no valor da infração referida no subitem 51 da Tabela III.

3.3. A classificação das infrações prevista na Tabela III é indicativa do provável enquadramento de cada tipo infracional, sem prejuízo da possibilidade de enquadramento em categoria distinta, ao longo do processo administrativo sancionatório.

**4. PENAS DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR OU LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

4.1. As penas de impedimento de contratar ou licitar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no art. 82 da Lei Estadual nº 6.544/1998 e no art. 156, §§4º a §7º, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, quando decretada a caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) a presença de dolo por parte da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- c) o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, a transeuntes, ou, ainda, aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA ou à ÁREA DA CONCESSÃO;
- d) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

cometida;

- e) a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- f) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- g) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

4.2. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO será aplicada por prazo não superior a 3 (três) anos.

4.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que cumpridos os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) a CONCESSIONÁRIA proporcione a reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- b) a CONCESSIONÁRIA realize o pagamento da multa devida;
- c) transcorra o prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar ou contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) a CONCESSIONÁRIA cumpra as condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
- e) haja análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos anteriormente mencionados.

## **5. VALORES DE MULTAS**

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

Tabela I – Definições dos Grupos e dos Valores das Multas

Grupos	Valores das Multas
I	[.]
II	[.]
III	[.]
IV	[.]
V	[.]
VI	[.]
VII	[.]
VIII	[.]
IX	[.]
X	[.]

Tabela II – Níveis de Classificação das Penalidades

Nível	Classificação das Penalidades
A	5% (cinco por cento) do Valor da Multa
B	10% (dez por cento) do Valor da Multa

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

C	30% (trinta por cento) do Valor da Multa
D	50% (cinquenta por cento) do Valor da Multa
E	75% (setenta e cinco por cento) do Valor da Multa
F	100% (cem por cento) do Valor da Multa

## 6. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Tabela III – Tipificação das Infrações

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
<b>PLANOS, CERTIFICADOS, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS</b>				
1	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO e/ou suas revisões, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
2	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	I	B	Não implantar parcialmente
			B	Não implantar integralmente
			C	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
3	Deixar de submeter o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	I	A	Por infração
4	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PRAC, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO	I	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	e em seus ANEXOS.			prévia
5	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
6	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PRAC, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
7	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE INTERVENÇÕES DO PRAC, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	III	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
8	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE SEGUROS, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
9	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	III	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
10	10.1. Deixar de submeter o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e nos seus ANEXOS.	IV	F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
	10.2. Deixar de iniciar a implantação ou de observar o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e	IV	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	nos seus ANEXOS.			
11	11.1. Deixar de obter, manter vigentes e renovar todas as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas e alvarás em nome da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO, excetuados os casos previstos em tipos infracionais específicos.	I	F	Por infração
	11.2. Deixar de apresentar, no prazo solicitado pela AGÊNCIA REGULADORA, as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas e alvarás em nome da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO.	I	D	Por infração
12	Alterar, atualizar ou revisar os PLANOS sem submissão à AGÊNCIA REGULADORA, no prazo e na forma determinados no CONTRATO e em seus ANEXOS.	II	F	Por infração
13	Deixar de submeter, implantar ou observar os planos e/ou programas ambientais exigidos nos ANEXOS.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a não objeção prévia
IMPLANTAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA				
14	Não iniciar ou iniciar com atraso a implantação de obras referentes às ampliações, requalificações, adequações e modernizações necessárias à execução do CONTRATO, conforme os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS vigentes, respeitando os marcos e etapas que os constituem.	VI	G	Por obra
15	Não concluir ou concluir com atraso a implantação de obras referentes às ampliações, requalificações, adequações e modernizações	VII	F	Por obra

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	necessárias à execução do CONTRATO, conforme os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS vigentes, respeitando os marcos e etapas que os constituem.			
16	Descumprir o prazo previsto para os PACOTES DE INVESTIMENTOS referentes à execução de EMPREENDIMENTOS.	III	F	Por evento
<b>ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
17	Descumprir o prazo máximo fixado no CONTRATO para a FASE PRÉ-OPERACIONAL, independentemente da concordância da AGÊNCIA REGULADORA com eventual prorrogação, em razão da ocorrência de evento de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou descumprimento contratual desta, ainda que concomitantemente à ocorrência do evento de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, ou descumprimento contratual deste.	VI	F	Por infração
18	Deixar de realizar os procedimentos previstos para a transferência de conhecimento e/ou treinamentos pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, escalados para os treinamentos realizados na FASE PRÉ-OPERACIONAL, quando aplicáveis, nos prazos e termos fixados no CONTRATO e no ANEXO III.	I	F	Por infração
19	Deixar de assinar o TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, no prazo e nas condições fixados no CONTRATO.	I	F	Por infração
20	Deixar de iniciar a prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO nos prazos previstos no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, assim como descumprir os prazos máximos	VI	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	previstos para início da operação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, conforme indicado no ANEXO II.C.			
<b>PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
21	Deixar de preservar a atualidade e modernidade na prestação dos SERVIÇOS, na forma detalhada na Cláusula 15 do CONTRATO.	I	F	Por item ou serviço
<b>PROPRIEDADE DO PROJETO, DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS À CONCESSÃO</b>				
22	Deixar de ceder, sem ônus e definitivamente, ao PODER CONCEDENTE à AGÊNCIA REGULADORA e/ou às futuras SUCESSORAS, licença para usar estudos, projetos e outros trabalhos intelectuais criados e utilizados ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, ou direitos de propriedade intelectual, nos termos previstos no CONTRATO.	IV	F	Por licença
23	Descumprir a obrigação de garantir que todos os sistemas supervisores, de automação e de controle operacional sejam de código aberto, ou de franquear acesso aos respectivos códigos ao PODER CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA.	VII	F	Por sistema
24	Utilizar a documentação técnica relativa à CONCESSÃO, especialmente aos BENS INTEGRANTES, para fins diversos dos previstos no CONTRATO.	IV	F	Por infração
25	Deixar de disponibilizar ao PODER CONCEDENTE ou à AGÊNCIA REGULADORA, após solicitação formal, cópia digital de documentação gerada com a implantação dos EMPREENDIMENTOS, ou a prestação dos SERVIÇOS, assim como alterações na referida documentação, no decorrer da operação.	IV	F	Por infração
<b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL E PASSIVOS AMBIENTAIS</b>				
26	26.1. Deixar de tomar as providências necessárias para emissão das	VI	E	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	autorizações, anuências e outorgas ambientais de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, descritas no CONTRATO e nos seus ANEXOS.			
	26.2. Deixar de obter as LICENÇAS AMBIENTAIS de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, necessárias à execução do CONTRATO, observados os termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.	VI	E	Por infração
27	Deixar de cumprir exigências ou condicionantes estabelecidas nas LICENÇAS AMBIENTAIS obtidas pela CONCESSIONÁRIA ou transferidas pelo PODER CONCEDENTE, observado o disposto na Cláusula 49 do CONTRATO e nos seus ANEXOS.	VI	E	Por infração
28	Deixar de manter vigentes ou renovar todas as licenças, autorizações, anuências e outorgas ambientais necessárias à execução do CONTRATO, incluindo as LICENÇAS AMBIENTAIS.	VI	E	Por infração
29	Deixar de implantar ou manter sistema de gestão ambiental, observados o prazo e as condições constantes do CONTRATO e dos seus ANEXOS.	IV	E	Por infração
30	Deixar de tomar as providências descritas no ANEXO VII do CONTRATO para gestão dos PASSIVOS AMBIENTAIS.	VI	E	Por infração
<b>RECEITAS ACESSÓRIAS</b>				
31	Iniciar a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS sem comunicar previamente ou encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA as minutas dos respectivos contratos ou outros documentos pertinentes, contendo as informações exigidas no CONTRATO e no seu ANEXO XII.	I	F	Por infração
32	Deixar de encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA, no prazo previsto no	I	F	Por infração



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	ANEXO XII, relatório contemplando o detalhamento dos valores arrecadados a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, cópia das faturas e instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO e do seu ANEXO XII.			
33	Explorar direta ou indiretamente fontes alternativas ou complementares de receita ou explorar comercialmente projetos ou empreendimentos associados na ÁREA DA CONCESSÃO que comprometam a segurança da operação, os padrões de qualidade dos SERVIÇOS ou a operação da ÁREA DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO XII.	IV	F	Por contrato
<b>FINANCIAMENTO</b>				
34	34.1. Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO como garantia de operações e financiamentos sem a anuência prévia e expressa da AGÊNCIA REGULADORA.	VII	F	Por infração
	34.2. Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA em garantia de financiamentos sem a anuência prévia e expressa pela AGÊNCIA REGULADORA.	VII	F	Por infração
<b>BENS INTEGRANTES E REVERSÍVEIS</b>				
35	Deixar de manter os BENS INTEGRANTES em bom estado de conservação, em pleno funcionamento e em segurança.	VI	F	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [.]
			E	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [.]
			D	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [.]
			C	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

				valor superior a [.]
36	Deixar de manter o INVENTÁRIO atualizado, com todas as informações exigidas e na forma prevista no CONTRATO.	I	F	Por aferição de desatualização do INVENTÁRIO
37	Deixar de registrar os BENS INTEGRANTES na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo sua distinção em relação aos bens exclusivamente privados da CONCESSIONÁRIA, observadas as normas contábeis vigentes e o CONTRATO.	I	F	Por BEM INTEGRANTE não registrado
38	Tentar ou consumir fraude na caracterização dos BENS INTEGRANTES no INVENTÁRIO, mediante dolo ou culpa por parte da CONCESSIONÁRIA.	VI	F	Por infração
39	Alienar, transferir a terceiros ou constituir ônus, de qualquer natureza, sobre os BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia da AGÊNCIA REGULADORA.	VII	F	Por infração
40	Deixar de mencionar expressamente a vinculação dos BENS REVERSÍVEIS à CONCESSÃO nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que os envolvam.	I	F	Por infração
41	Utilizar ou dispor dos BENS INTEGRANTES fora das hipóteses previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
42	Deixar de reverter ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, nas condições previstas no CONTRATO, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, quando de sua extinção.	VII	F	Por infração
43	Realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuição de valores, a qualquer título, entre acionistas da CONCESSIONÁRIA antes que: (i) a AGÊNCIA REGULADORA emita o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, atestando que os bens revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e	VII	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos; e (ii) esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.			
44	Deixar de apresentar relatórios cumulativos de acompanhamento de falhas de todos os sistemas e do MATERIAL RODANTE, com o conteúdo e no prazo previstos no CONTRATO e em seus ANEXOS.	I	F	Por infração
<b>CONCESSIONÁRIA</b>				
45	Descumprir o CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ou deixar de fazer novos aportes de capital na CONCESSIONÁRIA na hipótese tratada na Cláusula 38.3.3 do CONTRATO.	VI	F	Por infração
46	Modificar a composição societária da CONCESSIONÁRIA, implicando a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, sem prévia e expressa anuência da AGÊNCIA REGULADORA, nas situações em que for exigida no CONTRATO.	IV	F	Por infração
47	Deixar de submeter e instituir o PROGRAMA DE CONFORMIDADE, no prazo e na forma previstos no CONTRATO.	III	D	Deixar de instituir
			F	Deixar de submeter
48	Não desenvolver, publicar e implantar POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, no prazo e nas condições definidos no CONTRATO.	III	F	Por infração, independentemente do descumprimento se dar por ausência de desenvolvimento, publicação ou implantação
<b>OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS E INDICADORES DE DESEMPENHO</b>				
49	Prestar os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO em condições técnico-operacionais distintas das diretrizes e exigências mínimas que estejam estabelecidas no CONTRATO e em seus ANEXOS, assim como no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO,	III	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	quando não houver infração mais específica.			
50	Prestar os SERVIÇOS DO PRAC em condições técnicas distintas das estabelecidas no CONTRATO e em seus ANEXOS, especialmente no ANEXO II.B, quando não houver infração mais específica.	III	F	Por infração
51	Descumprir diretrizes mandatárias previstas nos ANEXOS do CONTRATO para prestação dos SERVIÇOS, resultando em acidente com vítima.	VI	F	Por acidente com vítima decorrente de descumprimento das diretrizes mandatárias
52	Interromper a prestação de qualquer dos SERVIÇOS fora das hipóteses previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS ou previstas no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO.	VII	F	Por infração
53	Deixar de subsidiar o VERIFICADOR INDEPENDENTE com informações necessárias para apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, no prazo fixado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.	III	F	Por infração
54	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, em seus ANEXOS e nos PLANOS para manter limpo o PRAC, as estações da FERROVIA e suas dependências, bem como os equipamentos existentes, inclusive as partes externas e internas dos trens, bem como os elevadores e vias.	I	D	Por infração
55	Não adotar as providências próprias de atendimento pré-hospitalar ou ambulatorial ao alcance da CONCESSIONÁRIA para mitigar quaisquer danos ocorridos ou socorrer pessoas acidentadas ou com mal súbito no interior da ÁREA DA CONCESSÃO.	IV	F	Por infração
56	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, em seus ANEXOS e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO para prevenir de crimes e contravenções na ÁREA DA	II	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	CONCESSÃO.			
57	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, em seus ANEXOS e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO a fim de coibir comportamentos inadequados dos USUÁRIOS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas, bem como no CONTRATO.	I	F	Por infração
58	Deixar de desenvolver, implantar e manter os SISTEMAS, nas condições e nos prazos definidos nos ANEXOS do CONTRATO.	IV	F	Por infração, independentemente do descumprimento se dar por ausência de desenvolvimento, implantação ou manutenção
59	Não fornecer o atendimento previsto nas diretrizes contratuais e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO para as manutenções corretivas, nos casos de inoperância de equipamento.	II	F	Por ocorrência urgente não atendida
			D	Por ocorrência urgente não atendida
60	Descumprir as DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA.	II	F	Por infração
61	Não oferecer aos USUÁRIOS quaisquer canais de comunicação exigidos no CONTRATO e em seus ANEXOS, quando não houver outro tipo infracional específico que se aplique ao caso.	I	F	Por infração
62	Não instituir e/ou não manter uma ouvidoria permanente com as atribuições previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
63	Não prover, no todo ou em parte, os serviços de segurança patrimonial e controle de acesso na ÁREA DA CONCESSÃO, a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.	III	F	Por infração
64	Atribuição de nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO de um mesmo SERVIÇO, por 3 (três) meses sequenciais, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
65	Atribuição de nota 0,0 (zero), em um	IV	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO de um mesmo SERVIÇO, por 6 (seis) meses, ainda que não consecutivos, durante um intervalo de 12 (doze) meses, conforme disposto no ANEXO VI.			
66	Em qualquer mês, receber nota 0,0 em mais de 2 (dois) dos INDICADORES DE DESEMPENHO de um mesmo SERVIÇO, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
67	Alterar os registros necessários à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, sem comunicação ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
68	Postergação do registro de falhas das ocorrências de qualquer natureza, comprometendo as apurações dos INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
69	Constatação de que as informações e os dados registrados quanto às falhas e ocorrências, necessários à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, sejam divergentes dos fatos apurados, conforme disposto no ANEXO VI.	IV	F	Por infração
<b>OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA</b>				
70	Não manter, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação dos SERVIÇOS, nos termos do CONTRATO.	IV	F	A partir da aferição da perda das condições de habilitação
71	Tentativa ou consumação de fraude na destinação obrigatória da RECEITA BRUTA à CONTA CENTRALIZADORA, ou redução fictícia de tal receita.	IV	F	Por infração
72	Praticar qualquer tipo de fraude em relação à arrecadação dos INGRESSOS.	IV	F	Por infração
73	Descumprir as obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis decorrentes da execução do CONTRATO, bem como aquelas previstas no CONTRATO, ou	I	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	deixar de comprovar seu cumprimento à AGÊNCIA REGULADORA.			
74	Deixar de comunicar à AGÊNCIA REGULADORA, nos prazos estabelecidos no CONTRATO, informações relativas à quitação de obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis decorrentes da execução do CONTRATO, bem como referentes à instauração de processos administrativos ou judiciais, à lavratura de autuações ou à imposição de multas em seu desfavor que tenham por objeto esses encargos.	I	F	Por infração
75	Realizar a emissão de títulos e valores mobiliários ou qualquer operação de dívida que envolva a oferta em garantia dos direitos emergentes da CONCESSÃO ou de ações da CONCESSIONÁRIA sem a prévia aprovação da AGÊNCIA REGULADORA.	IV	F	Por infração
76	Não comunicar à AGÊNCIA REGULADORA, nos termos e prazos previstos no CONTRATO, ou não adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse histórico, arqueológico ou paleontológico, bem como superveniências de caráter geotécnico, ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos.	III	F	Por infração
77	Não apresentar, no prazo previsto no CONTRATO, e/ou não publicar as demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável.	I	F	Por infração, independentemente do descumprimento se dar por ausência de apresentação ou publicação
78	Não refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem ônus ao	III	F	Por obra ou serviço não refeito, adequado ou

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	PODER CONCEDENTE ou à prestação dos SERVIÇOS, toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS, conforme os prazos definidos pela AGÊNCIA REGULADORA.			corrigido
79	Não obter e manter, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, o AVCB para toda a infraestrutura relacionada ao objeto da CONCESSÃO.	II	F	Por infração
80	Violar obrigação decorrente do dever de sigilo ou de proteção de dados pessoais previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
81	Acessar imóvel objeto de desapropriação ou desocupação antes do pagamento da indenização e, se for o caso, das demais compensações e assistências previstas no PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO.	VII	F	Por dia
82	Descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 43.1.77 do CONTRATO, referente à realocação dos funcionários atualmente ocupando imóveis de propriedade da EFCJ.	VII	F	Por dia
<b>EMPREENDIMENTOS</b>				
83	83.1 Deixar de operar, manter ou conservar a INFRAESTRUTURA INCORPORADA acrescida ao objeto da CONCESSÃO.	III	F	Por infração
	83.2 Deixar de submeter à AGÊNCIA REGULADORA planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA ou deixar de realizar os ajustes necessários nos seguros.	II	C	Não submissão do planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA
			F	Não realização nos ajustes necessários nos seguros para cobertura da INFRAESTRUTURA INCORPORADA
84	Descumprir os marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS	III	F	Por marco temporal descumprido



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**

**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

	referente à execução de EMPREENDIMENTOS, ressalvados os tipos infracionais mais específicos previstos neste ANEXO.			
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS</b>				
85	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.	VI	F	Por infração
86	86.1 Não fornecer à AGÊNCIA REGULADORA cópias das apólices de seguros contratadas e de suas renovações, com comprovação de que os respectivos prêmios se encontram pagos.	II	F	Por infração
	86.2 Não contratar, renovar, atualizar ou manter vigentes os seguros exigidos no CONTRATO, na forma nele prevista.	VI	F	Por infração
<b>FISCALIZAÇÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO</b>				
87	Não apresentar à AGÊNCIA REGULADORA as informações pertinentes ao exercício de seu poder de fiscalização.	II	F	Por infração
88	Não fornecer credenciais para usuário representante da AGÊNCIA REGULADORA para acesso às informações e a documentos, ou para eventual realização de auditorias, nos termos previstos no CONTRATO.	I	F	Por infração
<b>SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO</b>				
89	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
90	Rescindir antecipadamente o contrato do OPERADOR SUBCONTRATADO, em desconformidade com o disposto no CONTRATO.	VIII	F	Por infração
91	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos SERVIÇOS em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	VII	F	Por infração

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025**  
**Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

<b>OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AO APOIO TÉCNICO, AO AUDITOR INDEPENDENTE E AO VERIFICADOR INDEPENDENTE</b>				
92	Não iniciar o processo de seleção ou não firmar os respectivos contratos com o APOIO TÉCNICO, o AUDITOR INDEPENDENTE, e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos prazos definidos no CONTRATO e no seu ANEXO X.	III	F	Por contrato não firmado
93	Praticar conluio, diretamente ou por meio de representantes, prepostos ou empregados da CONCESSIONÁRIA, junto ao AUDITOR INDEPENDENTE, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou ao APOIO TÉCNICO, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e o seu ANEXO X.	VI	F	Por infração